

IX Encontro de Pós-Graduação e Pesquisa

Universidade Estadual Vale do Acaraú/Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

ATUAÇÃO ESTATAL NO SEMIÁRIDO NORDESTINO VIA DNOCS.

Ximenes, Antonia Vanessa Silva Freire Moraes¹; Diniz, Aldiva Sales^{2,3}.

¹Mestranda na Primeira Turma do Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – MAG/UVA, tendo ingressado no semestre 2013.1 (Fev./2013), estando portanto no 19º mês de um total de 24 meses de curso. Não possui bolsa de estudos. ²Professora Dra. no Curso de Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, e ainda no Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – MAG/UVA. ³Orientadora.

(Resumo Expandido de trabalho referente à Área de Conhecimento das Ciências Humanas, sendo sua Subárea a de Geografia.)

Palavras-Chave: Estado; DNOCS; Semiárido Nordeste.

INTRODUÇÃO

A fim de viabilizar sua intervenção na Região Nordeste, no início do século XX o Estado capitalista instituiu políticas de intervenção através da criação de órgãos; programas; planos e projetos, os quais se mostrarão importantes aliados na proposta de maior controle territorial e transformação espacial, as quais se realizarão por meio de ações planejadas ou não, porém todas organizadas segundo os moldes capitalistas, principais norteadores destas políticas.

As intervenções emergenciais, feitas pelo Estado capitalista no Semiárido no início do século XX, são intensificadas a partir da criação de órgãos de combate aos efeitos da seca, a exemplo da Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, instituída em 1909 e reformulada uma década depois, passando a ser federalizada e por isso denominada de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS, até o ano de 1945, quando é novamente reestruturado e renomeado, passando a ser o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, atuante até os dias de hoje, ainda que com menor expressividade.

Assim sendo, a pesquisa busca proporcionar uma abordagem crítica da atuação estatal por meio do DNOCS, desde sua criação (ainda enquanto Inspetoria), revelando suas principais consequências; sua trajetória de atuação, bem como apontando os verdadeiros beneficiados com tais ações.

METODOLOGIA

Norteados a referida pesquisa, cujos conhecimentos adquiridos estão aqui expostos em forma de texto, está o método qualitativo, uma vez que este é capaz de auxiliar de forma mais eficaz à condução dos trabalhos de pesquisa, oferecendo suporte à análise das questões, pois “[...] o nível de realidade que a interessa não pode ser quantificado.” (ALVES. 2012, p. 30).

Fundamentais ao entendimento das questões díspares que envolvem a atuação estatal na Região, são as pertinentes leituras realizadas, dentre as quais se destacam: Alves (2012); Carvalho (1987); Diniz (1997 e 1999) e Oliveira (1981), utilizados na construção dos conhecimentos apresentados neste texto, por conter profundas discursões a cerca do Estado capitalista brasileiro e sua atuação no Semiárido nordestino através de seus Órgãos executores, dentre os quais está o DNOCS inclusive ainda enquanto se apresentava sob a suas versões de Inspetoria constituindo-se assim em IOCS e IFOCS.

PROBLEMATIZAÇÃO

As intervenções estatais no Semiárido se intensificam a partir das ações implementadas por seus órgãos executores, dentre os quais está a Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, criada no ano de 1909, cuja atuação foi marcada pela construção de açudes, predominando aqueles construídos em propriedades privadas, evidenciando a chamada fase hidráulica.

Esta forma de intervenção gerou a conhecida “indústria da seca”, que contribuiu para o agravamento da situação de submissão na qual se faziam reféns inúmeros camponeses, que viviam a mercê dos mandos e desmandos dos coronéis detentores dos recursos (terra e água), os quais se utilizavam das benesses concedidas pelo Estado capitalista para se auto favorecer, (inclusive politicamente, conquistando o apoio dos coronéis que mantinham sob seu domínio uma legião de “votos de cabresto”).

Conforme Diniz (1997) as políticas de combate à seca, além de instrumentos para a apropriação privada dos recursos públicos, asseguravam a permanência da estrutura socioeconômica perversa, baseada numa estrutura fundiária concentrada, o que facilitava a manipulação da população, impondo práticas assistencialistas, clientelistas e de dependência, portanto configurando o que se convencionou chamar de “indústria das secas”.

Em meio a isso, tem-se no ano de 1919, a federalização do IOCS, que passa a ser denominado de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS, entretanto mantém a mesma “linha de atuação”, porém além de reservatórios, é foco ainda a construção de estradas e demais fixos necessários ao tão almejado desenvolvimento regional por parte do Estado capitalista.

Em meados da década de 1930, o Estado capitalista brasileiro promove a instituição de dispositivos constitucionais, presentes nas Constituições Federais de 1934 e de 1946, os quais deveriam atuar na criação de um sistema permanente de defesa da Região contra as secas. Para tanto, o antigo IFOCS é reestruturado em 1945, passando a ser denominado até hoje por Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, o qual desempenharia um papel efetivamente atuante na execução de obras públicas estatais no Semiárido, sendo este responsável não somente pela construção de reservatórios, mas também pela implantação de técnicas de irrigação na Região.

A fase hidráulica do DNOCS se efetivou como uma assistência emergencial aos flagelados, caracterizada por medidas implantadas após a estiagem, como resposta à constatação de uma nova seca, criando com isso, uma infraestrutura de armazenamento de água como: açudes e cacimbões, construídos no interior dos grandes latifúndios, por isso a classificação como sendo *hidráulica*.

Os açudes construídos nessa fase dariam suporte a projetos mais audaciosos criados na fase das ações planejadas, estabelecidas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a partir da década de 1960. Estas apresentavam como objetivos o desenvolvimento econômico da Região, e não mais apenas o maior aproveitamento hídrico por meio da construção de reservas, principal foco de atuação do DNOCS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade exposta, entende-se que a fase hidráulica não se constituiu como mecanismo de mitigação dos problemas trazidos pelas secas, uma vez que o DNOCS, juntamente com suas ações e objetivos, foram capturados pelas oligarquias nordestinas, passando “a atuar fundamentalmente em benefício daqueles segmentos, mantendo e reforçando (ao invés de transformar) a configuração da estrutura produtiva e da realidade social da Região” (CARVALHO. 1987, p. 46).

Associado à ineficácia da atuação estatal na solução dos problemas agravados pela seca, está o fato de que a postura autoritária e excludente do Estado capitalista resultou no agravamento dos problemas vivenciados pelos camponeses, que apresentaram descontentamento com as políticas desenvolvidas na contraditória atuação estatal na Região, sendo desta forma pouco beneficiados pelas obras resultantes das mesmas, que por sua vez serviram como mecanismo de reforço do poder exercido pelos grupos elitistas locais, que beneficiados pelo poder político que historicamente exerciam, capturavam as verbas e ações realizadas por tais Órgãos, submetendo assim as populações camponesas aos seus interesses hegemônicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Odete. **Mercado, Arame e Estado:** recursos comuns e resistência em Lagoa dos Cavalos no sertão do Ceará. 2012. 341 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) — Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O Nordeste e o regime autoritário** – discurso e prática do planejamento regional. São Paulo: HUCITEC/SUDENE, 1987.

DINIZ, Aldiva Sales. **A Intervenção do Estado e as Relações de Poder na Construção dos Perímetros Irrigados no Nordeste.** Revista Casa da Geografia, Sobral, Volume 1, p. 81-90, 1999.

DINIZ, Aldiva Sales. **Território Controlado – Território (Re) Criado:** Os laços e rupturas das relações Estado e Irrigantes. Dissertação de Mestrado. Recife / UFPE. 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião:** SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.